Plantão psicológico, adolescência e fragilidades institucionais no contexto escolar público

Autor(res)

Claudia Sandroni Silva De Campos
Maria Flor Beloque De Godoy
Flávia Lima Da Silva
Laisa Marita Bertuzzo Castanheira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAMPINAS

Introdução

A escola pública contemporânea enfrenta desafios que ultrapassam a dimensão pedagógica e alcançam o sofrimento psíquico, sobretudo na adolescência. Neste cenário, a Psicologia Escolar apresenta-se como dispositivo fundamental para compreender e intervir nas relações entre alunos, professores e coordenação. O estágio em uma escola estadual evidenciou um espaço marcado por fragilidades estruturais e simbólicas, no qual emergem demandas de adolescentes em sofrimento, docentes exaustos e uma coordenação dividida entre a esperança de mudança e a impotência diante de um sistema engessado.

O plantão psicológico, enquanto recurso emergencial, mostrou-se relevante como intervenção clínica ampliada, mas também limitado: não supre a continuidade terapêutica nem responde à complexidade das demandas escolares. Em adolescentes, o sofrimento assume contornos próprios, bullying, autoestima rebaixada, transformações corporais, relações afetivas e conflitos familiares, atravessados por mudanças hormonais e pela busca por pertencimento. Quando não encontram espaço de elaboração, tais experiências podem cristalizar-se em sintomas graves, como automutilação, violência ou evasão.

Paralelamente, a relação entre professores e alunos aparece permeada por distanciamento, agressividade e desesperança. Docentes sobrecarregados e descrentes do processo educativo tendem a adotar posturas defensivas, que reforçam nos estudantes sentimentos de desvalorização e falta de perspectiva. A coordenação, por sua vez, demonstra abertura e vontade de mudança, mas esbarra em limites estruturais e burocráticos que inibem investimentos em práticas pedagógicas e institucionais mais inovadoras.

Este estudo discute, a partir da experiência de estágio, os efeitos e limites do plantão psicológico, a dinâmica entre professores e alunos e o papel da coordenação escolar, articulando essas dimensões à luz da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento humano.

Objetivo

Analisar criticamente, a partir da vivência de estágio, os limites do plantão psicológico frente às demandas adolescentes, a relação entre professores e alunos marcada por exaustão e agressividade, e os desafios da coordenação escolar diante de um sistema engessado, discutindo possibilidades de intervenção clínica e

institucional.

Material e Métodos

O estudo configura-se como relato de experiência de estágio realizado em uma escola estadual de ensino fundamental e médio. A carga horária semanal foi de 2h30, com atuação baseada em observação participante, escuta de alunos e professores, registros de campo e supervisão acadêmica. A análise qualitativa dos dados foi conduzida a partir do referencial psicanalítico, privilegiando a escuta dos sujeitos e dos sintomas institucionais.
O plantão psicológico foi o principal dispositivo clínico adotado, sendo compreendido como modalidade distinta da psicoterapia tradicional, com foco no acolhimento imediato em situações de crise. Embora favoreça a abertura de espaço de escuta e reconhecimento subjetivo, esse enquadre mostrou-se insuficiente para dar conta das complexas demandas adolescentes, que exigem continuidade de acompanhamento e envolvimento da rede sociofamiliar.
Os registros e reflexões foram sistematizados em supervisão, articulando-se com referenciais de Freud, Winnicott, Erikson, Klein, Bolognini e autores contemporâneos que abordam adolescência, empatia e clínica ampliada. Considerou-se ainda literatura nacional sobre saúde mental do adolescente, violência, contexto escolar e representações sociais.

Resultados e Discussão

A análise dos dados revelou três eixos centrais: o plantão psicológico e seus limites, a relação entre professores e alunos e o papel da coordenação escolar na busca por estratégias de enfrentamento.

1. Plantão psicológico e seus limites
O plantão psicológico configurou-se como espaço emergencial de escuta, permitindo que adolescentes expressassem angústias muitas vezes silenciadas. Para alguns, representou a primeira experiência de reconhecimento subjetivo. Entretanto, sua natureza episódica mostrou-se insuficiente diante das complexas demandas da adolescência, como conflitos identitários, bullying, automutilação, uso de substâncias e rupturas familiares. Aberastury e Knobel (1981) descrevem esse período como marcado por lutos necessários — perda do corpo infantil, da identidade infantil e dos pais idealizados —, enquanto Erikson (1968) aponta a crise de identidade como tarefa central. Sem acompanhamento contínuo, tais conflitos podem cristalizar-se em sintomas graves. Assim, embora o plantão tenha valor, ele precisa articular-se a redes clínicas e institucionais mais amplas, reforçando a urgência de políticas consistentes de cuidado em saúde mental escolar.

2. Relação entre professores e alunos
A relação observada foi atravessada por agressividade e desesperança. Professores sobrecarregados, diante de condições precárias e pouca valorização, mostravam-se defensivos e distantes. Alunos, sentindo-se desconsiderados, respondiam com indiferença ou resistência. Esse afastamento corroía o vínculo educativo e fragilizava a constituição identitária, uma vez que a adolescência exige referências relacionais sólidas. Klein (1946) ajuda a compreender tais defesas como recursos maníacos frente à impotência, enquanto Bolognini (2004) ressalta a importância da empatia como ferramenta clínica e institucional. A ausência de vínculos não pode ser lida apenas como indisciplina, mas como sintoma do mal-estar escolar. Nesse cenário, a Psicologia Escolar pode atuar como mediadora, oferecendo espaços de diálogo e reconhecimento que possibilitem restaurar a confiança e o desejo de ensinar e aprender.

3. Coordenação e busca por estratégias

A coordenação mostrou-se aberta à escuta e desejosa de mudança, mas encontrou obstáculos estruturais. O novo modelo de plano de ensino reduziu a autonomia pedagógica, engessando iniciativas e gerando sensação de impotência após tentativas frustradas. Apesar das limitações, houve esforço em compreender demandas de alunos e docentes, o que evidencia potencial para articulação com a Psicologia Escolar. A inserção de práticas de escuta, quando apoiadas por políticas públicas e pela rede intersetorial, pode contribuir para reconstrução da função educativa e para a revalorização da escola como espaço de pertencimento.

Discussão geral

O estudo confirma que a escola é espaço privilegiado não apenas de instrução, mas de subjetivação. O plantão psicológico, embora limitado, mostrou-se potente como abertura de fala, mas não deve ser confundido com solução completa. Freud (1926) já apontava que os sintomas são tentativas de lidar com o desamparo, e Winnicott (1965) reforça a importância de um ambiente suficientemente bom para o amadurecimento. A escola, nesse sentido, deve ser compreendida como um ambiente ampliado, capaz de sustentar processos de desenvolvimento e laço social.

A complexidade da adolescência demanda práticas integradas entre Psicologia clínica, escolar e políticas de saúde mental. Professores e coordenação, quando apoiados, podem ressignificar suas funções e restituir a esperança no processo educativo. Assim, investir em Psicologia Escolar é investir na vida, no vínculo e no futuro, transformando sofrimento em possibilidade de laço e pertencimento coletivo.

Conclusão

O estudo demonstrou que o plantão psicológico, embora valioso, não atende plenamente às necessidades escolares e adolescentes, evidenciando a urgência de práticas mais amplas. As relações entre professores e alunos, marcadas por distanciamento e agressividade, somadas às limitações estruturais da gestão, revelam um ambiente fragilizado que exige novas estratégias. A Psicologia pode contribuir para ressignificar vínculos e fortalecer a função educativa, mas necessita de tempo, continuidade e apoio institucional para exercer sua potência transformadora.

Referências

AMORIM, F. B. T.; ANDRADE, A. B.; BRANCO, P. C. C. Plantão psicológico como estratégia de clínica ampliada na atenção básica em saúde. Contextos Clínicos, 8(2), p.141-152, 2015.

BENETTI, S. P. C. et al. Adolescência e saúde mental: revisão de artigos brasileiros publicados em periódicos nacionais. Cad. Saúde Pública, 23(6), p.1273-1282, 2007.

BENETTI, S. P. C. et al. Problemas de saúde mental na adolescência: características familiares, eventos traumáticos e violência. Psico-USF, 15(3), p.321-332, 2010.

BOLOGNINI, S. Complexidade da empatia psicanalítica: exploração teórico-clínica. 2004.

ERIKSON, E. H. Identidade: juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FREUD, S. Inibições, sintomas e angústia (1926). ESB, v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KLEIN, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizoides (1946). Rio de Janeiro: Imago, 1975.

OLIVEIRA, H. M.; HANKE, B. C. Adolescer na contemporaneidade: uma crise dentro da crise. Ágora, v. XX, n. 2, p.295-310, 2017.

SEI, M. B.; ZUANAZZI, A. C. A clínica psicanalítica com adolescentes: psicoterapia individual e familiar. Psic. Clin., 28(2), p.89-108, 2016.

VORCARO, A. M. M. A criança na clínica psicanalítica: transferências e impasses. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.